

QUILOMBO E FAVELA: RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL

Júlio Cesar de Souza Dória

Doutorando em História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória de uma prática de apoio mútuo nas comunidades pobres e negras do Brasil, em específico, do Rio de Janeiro. Pretende-se apontar para uma historicidade na organização e construção de práticas voltadas para manutenção, fortalecimento e sobrevivência dessas comunidades em articulação com favelas do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: anarquismo periférico.

Abstract: The present article aims to analyze the trajectory of mutual support in poor and black Brazilian communities, specifically in Rio de Janeiro. It is intended to point out to a historicity in the organization and in the construction of practices oriented to the maintenance, fortification, and survival of those communities, in articulation with the favelas of Rio de Janeiro.

Keywords: peripheral anarchism.

Por muito tempo, as organizações políticas institucionais e autônomas do Brasil e em específico, das capitais litorâneas, perseguiram o fetiche do vanguardismo e do direcionamento dos movimentos sociais, principalmente daqueles desenvolvidos em favelas e subúrbios. Quilombos, povos tradicionais e comunidades ribeirinhas nem se quer eram alvos desta tentativa de cooptação, ao contrário, eram silenciados e viam partidos políticos e intelectuais falarem em seus nomes.

Esta prática acima descrita pode ser vista como a dinâmica das relações políticas estabelecidas no Brasil até fins da década de 1980, mas não significava que quilombos e favelas não se organizavam política, econômica e socialmente. A invisibilização política destes territórios no tocante aos aspectos decisórios e espaços institucionais fomentava de certa forma o “crescimento para dentro”, ou seja, as ações políticas se voltavam para as dimensões locais. Contudo, as transformações no cenário geopolítico internacional e nacional contribuíram para uma alteração desta percepção.

Digo isto porque existe uma grande – ou pequena, depende sempre do ponto de vista do observador – diferença entre o real e o imaginado – ou idealizado. E neste sentido, os anos 1990 descortinou práticas que pareciam inexistir ou serem tuteladas por instituições “superiores”. As práticas seculares de apoio mútuo dentro destes territórios não era novidade e muito menos fruto de uma elocubração teórica de origem europeia.

Historiadores brasileiros apontam para esta prática entre os povos indígenas e as experiências de cativo dos indivíduos oriundos das diversas nações africanas no Brasil durante o período escravista colonial e no pós-abolição – já no início da República. Neste sentido, a tentativa aqui exposta é a reconstrução de uma historicidade de uma prática popular objetivando a compreensão dos sentidos que os fatos e os processos históricos tiveram para os seus sujeitos específicos, como estes escolheram e/ou puderam agir diante da realidade que se apresentava (Thompson, 1998: 204-266), mas sobretudo, identificar a continuidade de uma tradição ancestral aprendida e vivenciada desde os tempos de cativo.

No passado, as estratégias de sobrevivência, os significados de liberdade e autonomia de escravos e ex-escravos em áreas rurais do país, como nas freguesias rurais do Rio de Janeiro, foram elementos fundamentais na construção de formas de organização e associação entre comunidades negras, fossem elas livres, cativas ou quilombadas (Martins, 2005: 117-134; Gomes, 2015: 17-33, 75-76, 120,123 e 126; Guimarães, 2009: 53-59, 129-136, 142-144 e 148-161; Rios & Mattos, 2007: 57-60.). E estas formas de organização não se alinhavam aos projetos e perspectivas tanto elitistas como intelectuais.

Por outro lado, se difundia no país uma luta por direitos e participação política dos negros na Corte, que ganhavam contornos de uma luta por direitos civis. Em si, busca por uma cidadania positiva era comum a todos aqueles que vivenciaram de alguma forma a experiência da escravidão (Costa, 2014: 83-107; Gomes, 2011; Domingues, 2011). As experiências urbanas do Rio de Janeiro oitocentista que engendraram diferentes formas de associativismo negro também se fizeram presentes no meio rural. Por mais que não ocorressem da mesma forma que as experiências nos espaços urbanos e, principalmente, não tivessem a imprensa como mecanismos de difusão de seus projetos, anseios e ações, o associativismo negro no meio rural não foi menos politizado.

O “não quero” de cativos, forros, libertos e quilombolas já era ouvido desde os tempos coloniais e obrigavam senhores escravistas e autoridades – igualmente escravistas – a negociar com esses indivíduos ou comunidades as formas de organização e a própria dinâmica do meio rural. As relações estabelecidas de forma dialógica não eram harmoniosas e, por vezes, abria-se o conflito (Silva & Reis, 1989.; Marinho, 2014; e Op. Cit. Gomes,

2006: 7-22 e 34-120)¹. Não havia uma regra e nem um modelo de organização social desta comunidade negra, que se estruturava dentro das possibilidades e do acúmulo de experiências progressas para o estabelecimento dos seus interesses diante da situação de opressão do cativo.

Per si, estas formas de organização de espaços, situações e experiências de autonomia da população negra e mestiça – livre ou escrava – impunham à sociedade escravista certas limitações e práticas que se antagonizavam ao(s) projeto(s) de controle desta população. As reações de senhores escravistas e autoridades oscilavam entre a violência e a aceitação da autonomia negra – livre ou escrava.

Concessão de terras, arrendamentos, direito a sua própria roça, herança de propriedades, entre outras coisas, representaram as diversas formas de acesso à terra por forros, libertos e escravos, mas também representaram espaços e experiências de autonomia que eles mesmos conquistaram obrigando senhores e autoridades a constantes mudanças em seus projetos particulares e de administração pública (Martins, 2005: 117-134. ; Op. Cit. Gomes, 2015: 17-33, 75-76, 120,123 e 126.; Guimarães, 2009: 53-59, 129-136, 142-144, 148-161.; e Rios & Mattos, 2007: 56-60.).

Em Jacarepaguá, freguesia rural do Rio de Janeiro, os beneditinos adquiriram por doação uma sesmaria em fins do século XVII e partir dela construíram três grandes fazendas: a Camorim, a Vargem Pequena e a Vargem Grande (Oliveira, 2010: 26.; e Fridman: 59). Até fins do século XIX os beneditinos possuíam estas fazendas e as terras ao redor, equivalente aos atuais bairros do Camorim, parte da Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande e Vargem Pequena, uma região que ficou conhecida como Sertão Carioca (Corrêa, 1936)².

¹ Apesar da perspectiva da negociação e conflito ter sido apresentada pioneiramente na historiografia brasileira por Eduardo Silva e José Reis, para analisar a relação entre senhor e escravo, autoras e autores como Celia Marinho e Flavio Gomes ampliaram esta perspectiva analítica para toda as relações sociais existentes na sociedade escravista.

Desse modo, a obra de Célia Azevedo Marinho sobre o imaginário das elites dirigentes e econômica do país durante o século XIX, aponta para o receio vivido por esses personagens diante das rebeliões e revoltas escravas – internas e externas – e da possível – e necessária - libertação em massa dos cativos do país. A autora insere os projetos feitos nesse período voltados para a libertação ou emancipação dos escravos como componentes do processo de transição e instalação do capitalismo no Brasil. O abolicionismo então seria um movimento interessado em organizar e preparar a mão de obra escrava para a nova realidade que se apresentava com vistas a inserir o Brasil no contexto das nações civilizadas.

² O termo aqui apresentado tem sua origem na concepção de Magalhães Corrêa.

Para uma compreensão histórica do termo e sua ressignificação, ver ENGEMAN, Carlos; SILVEIRA, Angela Maria Rosa; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Magalhães Corrêa, o viajante do século XX. In: As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da Mata Atlântica. (org.) OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010. Pp. 75-84.

Como de costume na administração beneditina, os cativos de suas fazendas tinham o direito de ter a sua própria roça e os proventos que dali auferisse, além dos finais de semana e dias santos para trabalharem para si (Gomes, 2006: 46-47).

Sabemos que este cenário era comum nas terras dos beneditinos e em Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim, não foi diferente, ali se formou ao longo do século XIX uma extensa rede de pequenos agricultores que viviam da subsistência, mas também da caça, pesca e da extração de recursos diversos da mata (Idem, Gomes).

Flávio Gomes destacou que os maiores quilombos de Iguaçu se localizavam nas terras dos beneditinos e os aquilombados estabeleciam uma ampla rede de comércio local, além de uma relação bem estreita com a senzala da fazenda dos beneditinos (Gomes, 2006: 48-52). Tal configuração também se apresentava nas terras dos beneditinos no Sertão Carioca - guardada as devidas especificidades – possibilitando-nos a identificar ali a formação de um *campo negro*³.

Quando os beneditinos alforriaram todos os seus escravos, em 1871 (Santos, 2005: 97), os espaços de autonomia da comunidade negra da Fazenda Vargem Grande eram consideráveis. A formação de núcleos familiares nas encostas do Maciço da Pedra Branca, na sua vertente sul – Vargem Grande, Vargem Pequena e Camorim – estava repleta de famílias, comunidades e aquilombados. Estes detinham uma produção rural de subsistência voltada para o mercado local e as trocas entre as famílias, comunidades e aquilombados do maciço (Dória, 2015; e Idem, Santos: 39-46).

No final do século XIX as terras e propriedades dos beneditinos foram vendidas para a Companhia de Engenho Central e no ano seguinte passaram para as mãos do Banco de Crédito Móvel⁴. Tal situação foi denunciada pelo jornal Gazeta da Tarde sob o título **História de um Sacrilégio**, enfatizando que ali viviam famílias de agricultores pobres e ex-escravos das fazendas dos beneditinos, que por sua vez, eram posseiros da terra e formavam um campesinato negro.

Esta comunidade de agricultores negros se transformou no Quilombo Cafundá Astrogilda. Ao longo de todo o século XX e início do XXI precisou lutar em diferentes frentes para se manter no território em que trabalharam a terra e viveram seus ancestrais. Fosse o assédio de grileiros ou do próprio Estado.

³ O termo designa as diversas relações estabelecidas entre negros livres, cativos, forros e aquilombados com senhores, autoridades, comerciantes, lavradores e etc., onde a partir de suas experiências e ações puderam construir redes sociais específicas e articuladas, que em última análise, permitiam através de práticas econômicas garantirem a autonomia destas comunidades e grupos negros.

⁴ Gazeta da Tarde, 13 de junho de 1891.

Nesse sentido, o ano de 1974 foi um marco nas estratégias de luta e resistência. O governo do Estado do Rio de Janeiro, em uma canetada só, transformou um local de moradia e sustento de toda uma comunidade em uma APA (Área de Proteção Ambiental), denominada Parque Estadual da Pedra Branca⁵. O então governador do Estado da Guanabara, Chagas Freitas, assinou o decreto que dentre outras determinações definia a expulsão dos moradores das regiões que o Parque recém-criado englobava.

Esta resolução foi determinante para que muitas famílias de Vargem Pequena e Vargem Grande que viviam nos limites do Parque se mudassem para áreas alagadiças e sem infraestrutura nas redondezas, ainda assim, alguns núcleos familiares permaneceram em suas terras, mesmo impossibilitados de continuarem com as suas práticas agrícolas seculares que haviam preservado o ecossistema da vertente sul do Maciço da Pedra Branca. Contudo, as ameaças físicas e financeiras (muitas astronômicas) eram situações reais que por uma década e meia desestabilizou a organização comunitária secular desses territórios.

Porém, com o início dos anos 1990 ganha força uma nova articulação no território principalmente destacando a ação dos agricultores e moradores dos morros de Vargem Grande como os principais responsáveis pela preservação e manutenção da flora e fauna local. Através do apoio de indivíduos, coletivos e instituições de pesquisa e ensino superior foram desenvolvidas estratégias de resistência e luta pela permanência na terra, mas sobretudo, voltadas para a valorização econômica e cultural do território.

Estas estratégias são por vezes identificadas como elementos antiquados a denotar “atraso civilizatório”, infantilidade ou mesmo alienação política. Porém, são elementos centrais para a harmonização da engrenagem social local. Assim, o fortalecimento dos agricultores e a luta pelo direito de continuar suas atividades laborais a partir do viés econômico e cultural representava a *resistência normal* (Scott, 2011) que possibilitou o embate contra as investidas do Estado.

No território em que o acesso a água, manutenção das ruas, serviço de saúde e acesso a luz são majoritariamente executados pelos próprios moradores e suas articulações com indivíduos e coletivos autônomos – como ocorre em várias favelas, morros, comunidades ribeirinhas e etc. –, a presença do Estado, ou seja, do poder público é mínima. Na comunidade são doados e trocados alimentos entre os próprios moradores para evitar a carestia em algumas famílias, as casas e ruas são construídas em mutirão, a Igreja e a Escola local também foram construídas pela própria comunidade.

⁵ Lei Estadual nº 2.377 de 28 de junho de 1974.

Neste ponto podemos identificar a relação entre as teorias anarquistas referentes ao apoio mútuo e autogestão de territórios sendo materializadas a partir das demandas locais. Da mesma forma, as experiências da Consciência Preta na África Sul e a defesa de uma organização social e política Quilombista, igualmente apontavam para uma historicidade de uma economia moral e política de comunidades africanas em diáspora. Enfim, havia uma gama de experiências e desenvolvimentos teóricos acessíveis no momento em que tais ações estavam sendo gestadas. Errico Malatesta salientava que a prática do apoio mútuo e da autogestão caracterizariam os “verdadeiros” anarquistas, ao contrário de teóricos, que não colocavam em prática as suas teses e por isso, não contribuíam efetivamente para a emancipação da classe trabalhadora. (Malatesta, 2014: 18-22)

Voltemos a especificidade do quilombo Cafundá Astrogilda. No início do século XXI, diante das evidências históricas e culturais a comunidade de agricultores da vertente sul do Maciço da Pedra Branca se reconheceu como uma comunidade descendente de quilombolas. As pesquisas que venho desenvolvendo a nível de doutoramento em História Social estão comprovando estas construções políticas recentes. Os dados coletados são bastante sólidos e apontam, inclusive, para a compreensão de práticas e estratégias políticas adotadas atualmente e que eram acionadas naqueles tempos – século XIX. No ano de 2013, a Fundação Palmares do Governo Federal foi obrigada a reconhecer e certificar o território como uma Comunidade Quilombola, chamada Cafundá Astrogilda.

Desde então, a comunidade e parceiros desenvolvem diversas atividades na manutenção social, cultural e econômica do território a partir de uma perspectiva ancestral de experiência comum de uma historicidade que tem início nos tempos da escravidão. O território já foi espaço de experiências e vivências políticas entre organizações autônomas como a OP – Rio de Janeiro (Organização Popular), o Movimento de Favelas do Alemão (Ocupa Alemão e Escola Quilombista Dandara de Palmares), a Folia de Reis do Morro da Formiga e, mais recentemente, foi palco da reunião de formação da ATB – RJ (Associação dos Trabalhadores de Base), nas dependências da Escola Quilombola Cafundá Astrogilda – uma escola popular e gratuita construída pela comunidade e parceiros.

Logo, desde os anos de 2015 e 2016, as articulações políticas estabelecidas com outros territórios negros e mestiços, mas sobretudo, empobrecidos diante da exploração do capital sobre o conjunto da população foi determinante para o fortalecimento da luta política tanto na esfera local como em uma esfera mais ampla. Assim, Quilombo Cafundá Astrogilda, Quilombo do Camorim, Complexo do Alemão, Morro da Formiga e Complexo da Maré, com o auxílio de coletivos autônomos, indivíduos e coletivos anarquistas passaram

a se articular de forma autogestionada e horizontal para que experiências culturais e oportunidades de desenvolvimento econômico pudessem frutificar nestes territórios.

Com a pandemia da Covid-19 no início do ano de 2020 a rede de apoio mútuo se manteve sólida e mais potente. Foram criadas e executadas ações conjuntas para o enfrentamento desta crise mundial nos territórios quilombolas e favelas acima citados. É uma perspectiva defendida por correntes autonomistas e anarquistas do mundo inteiro, com base em teóricos como Proudhon, Bakunin, Malatesta e Kropotkin.

Sem ater a diferenças, mas sim às semelhanças, os métodos voltados para a construção de espaços autônomos defendidos por Proudhon, Bakunin e Kropotkin, através do conceito de federação, dialogam intimamente com as práticas desta articulação ao defenderem em síntese a descentralização das organizações políticas concernentes à cada sociedade. As células primitivas de organização destes teóricos se encontram na dimensão social, econômica e espacial oriunda do universo do trabalho e, por isso, objetivam a revolução a partir de uma dialética e tensão social geradoras de uma nova organização econômica, social e política de baixo pra cima, sem direção central ou um Estado (Proudhon, 2008; Bakunin, 2011; Kropotkin, 1901).

Entretanto não significa que as ações desenvolvidas pela articulação entre quilombos e favelas esteja se pautando exclusivamente por esse conceito. A influência destas ideias na construção de uma rede autônoma de apoio mútuo é evidente, mas não se restringe a ela. As experiências organizativas no continente africano apresentadas por Steve Biko, também nos auxiliam pensar e repensar os nossos papéis dentro da comunidade e, principalmente, pensar nas especificidades e conseqüentemente na necessidade de autonomia dos núcleos locais como os sul-africanos da SASO – Organização dos Estudantes da África do Sul – e do **Movimento Consciência Preta** o fizeram. (Biko, 2017: 51-53 e 73-87)

As estratégias adotadas pelo Movimento Consciência Preta tinham como objetivo o desenvolvimento de ações para o fortalecimento econômico, cultural e político do povo preto sul-africano a partir dos núcleos locais em cada comunidade do país. (Biko, 2017: 73-87). Os trabalhos comunitários de saúde, educação e autogestão dos bairros negros “apartados” da década de 1970 dialogam com uma perspectiva social e cultural, abandonando o determinismo econômico na interpretação e ação na realidade em que se inseriam. O apoio mútuo era preconizado por intermédio de uma organização política comunitária que poderia ser acessada por qualquer pessoa negra do país com o desejo de contribuir com o fim do apartheid e da desigualdade integral engendrada na sociedade sul-africana.

Na perspectiva de apoio mútuo desenvolvida por Kropotkin (Kropotkin, 2006) e Malatesta (Op. Cit. Malatesta, 2014: 18-22) o centro gravitacional da ação são os trabalhadores e seus locais de trabalho, ou seja, o campo econômico. Não é a pessoa ou a sociedade que desempenham as relações de reciprocidade revolucionária, mas sim, esses agentes históricos enquanto seres revestidos de uma significância e sentido econômico, os produtores de toda a riqueza e, dela alijados pela exploração do Estado e o empresariado capitalista.

No denso trabalho sobre o apoio mútuo, Kropotkin destaca a historicidade da prática e suas correlações com o mundo animal, opondo-se ao darwinismo e o evolucionismo social, o anarquista russo aprofundou cientificamente o conceito apresentado originalmente por Proudhon.

Para o universo brasileiro Abdias do Nascimento desdobrou-se sobre o modelo ideal de organização social, política e econômica a partir de uma interpretação diaspórica. O autor destaca as práticas ancestrais das comunidades negras do país caracterizadas pelo senso de comunidade, em que o arquétipo mental do Homem e da Mulher africanas sirvam de base e estrutura das referências culturais da sociedade brasileira. Sendo o negro e seus descendentes a maioria da população brasileira, não haveria sentido em sua cultura, história, crenças e hábitos serem considerados inferiores frente ao exotismo dos seus congêneres europeu e norte-americano.

Em última análise, as formas coletivistas de organização política eram conseqüentemente apagadas ou desconsideradas em oposição a valorização das teorias e sistemas políticos europeus, para o autor um contrassenso e uma das origens do fracasso das políticas públicas no país e da manutenção do racismo e da desigualdade social (Nascimento, 2019).

A descentralização no tocante às decisões locais não inviabiliza a organicidade das ações conjuntas da articulação quilombo-favela. Estas são em grande parte de natureza logística, de comunicação, formação política, apoio em atividades locais e um fundo financeiro coletivo. Portanto, o que de fato os une é sobretudo o método da autogestão, o reconhecimento cultural e étnico-racial comum e, por fim, a consciência de classe.

Nas práticas de apoio mútuo e a autonomia entre/nos territórios em questão percebe-se a adoção das perspectivas desenvolvidas a partir de ações anticapitalistas, com um viés racializado e historicamente construído. As influências das experiências e teorias descritas acima são perceptíveis na forma que a articulação se organiza e nas ações que desenvolve, como um repertório apreendido. Isto significa afirmar que essas teorias e experiências não

foram elementos balizadores das ações nos quilombos e favelas, mas sim, faziam parte do arcabouço político acessado direta e indiretamente pelos mesmos.

Não negamos a influência das teorias e experiências autônomas gestadas em ambientes diferentes dos nossos, sobretudo, do anarcomunismo. Mas também invocamos uma ancestralidade africana e Quilombista em nossas ideias e práticas, que não surgiram hoje, mas sim, são frutos de experiências passadas oral e pragmaticamente em nossas comunidades.

Bibliografia

BAKUNIN, Mikhail Aleksandrovitch (2011). O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

_____ (2011). Três conferências. In: O princípio do Estado e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

BIKO, Steve Bantu (2017). Escrevo o que eu quero. São Paulo: Diáspora Africana.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez (2017), Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ . *Etnográfica* [Online], vol. 21 (2) | 2017, consultado em 12 Julho 2017. URL : <http://etnografica.revues.org/4908>.

CLASTRES, Pierre (2017). A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo: UBU.

CORRÊA, Armando Magalhães (1936). O sertão carioca. Rio de Janeiro: Ed. IHGB.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os Homens de Cor no Brasil. In: GOMES, Flávio dos Santos & DOMINGUES, Petrônio (org.) Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

DÓRIA, Renato de Souza (2015). Memória e história da ocupação e dos conflitos de terra no Sertão Carioca. In: POTENGY, Gisélia Franco. & VENANCIO, Ana Teresa A. O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Garamond.

ENGEMAN, Carlos; GUIMARÃES, Maria Aparecida de Oliveira. ; MUSITANO, Mirtes Cavalcanti.; SILVEIRA, Angela Maria Rosa (2010). Marcas das mãos. In: As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da Mata Atlântica. (org.) OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond.

GOMES, Flávio dos Santos (2006). História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro (século XIX). São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2015). Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma.

_____ (2011). “No meio das águas turvas”: raça, cidadania e mobilização política na cidade do Rio de Janeiro (1888-1889). In: GOMES, Flávio dos Santos & DOMINGUES, Petrônio (org.) Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro.

GUIMARÃES, Elione Silva (2009). Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1920). Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense.

KROPOTKIN, P (1901). A. Fields, factories and workshops. Or industry combined with agriculture and brain work with manual work. 2. ed. Londres: Swan Sonnenschein & Co..

MALATESTA, Errico (2014). Escritos Revolucionários. São Paulo: Hedra.

MARTINS, Robson Luís Machado (2005). Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888). Campinas, SP: Unicamp/CMU.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de (2010). Os cenários da paisagem. In: As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho urbano da Mata Atlântica. (org.) OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

PROUDHON, Pierre-Joseph (2015). Solução do problema social. São Paulo: Edusp.

_____ (2008). El principio federativo. Buenos Aires: Libros de Anarres.

RIOS, Ana Maria & MATTOS, Hebe Maria (2007). Pra além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. (ORG.) CUNHA, Olívia Maria Gomes da. & GOMES, Flávio dos Santos. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SILVA, Eduardo & REIS, João José. Negociação e Conflito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Leonardo Soares dos (2005). Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural do Rio de Janeiro (1945-1964). Dissertação de mestrado. Niterói: UFF.

_____ (2015). Estado e Capital contra a sociedade em Jacarepaguá: ontem e hoje. Disponível em < <http://ihbaja.blogspot.com.br/2015/01/estado-e-capital- imobiliario-contra-o.html>>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

_____ (2010). A desruralização da cidade como expressão da ruptura do metabolismo entre cidade e campo: exemplo do Rio de Janeiro de fins do século XIX. In: De cidades e territórios. FRIDMAN, Fania (org.). Rio de Janeiro: PoD editora.

SCOTT, James C (2011). Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5.

THOMPSON, E. P. (1998). Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

Fontes

Gazeta da Tarde, 13 de junho de 1891.

Lei Estadual nº 2.377 de 28 de junho de 1974.